

ANÁLISE JURÍDICA

Projeto de Lei Complementar nº 04/2023, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre alteração do artigo 3º, da Lei Complementar nº 81/2001, autoriza a concessão de revisão geral anual e aumento real de que trata o inciso X, do artigo 37, da Constituição Federal e dá outras providências.

O Projeto atende formalmente aos requisitos previstos no art. 131, do Regimento Interno.

I- REGIME DE TRAMITAÇÃO:

O Projeto deverá ser submetido ao rito processual legislativo de <u>urgência</u>, nos termos do art. 70, da LOM.

II- COMISSÕES PERMANENTES COMPETENTES:

Nos termos do art. 50, do Regimento Interno, opinamos para que sejam ouvidas a <u>Comissão de Finanças, Orçamento e Gestão Pública</u>, e ainda, a <u>Comissão de Justiça, Redação, Ética e Cidadania</u>.

III- QUÓRUM E PROCESSO DE VOTAÇÃO:

Nos termos do art. 63 da L.O.M. c/c com o inciso I, do art. 161, do Regimento Interno, o quórum para deliberação deve ser tomado por <u>maioria</u> <u>absoluta</u> de votos dos membros da Câmara, por meio de <u>votação simbólica</u>, consoante disposição regimental prevista no inciso I, do art. 163.

Palmital, 17 de fevereiro de 2023.

Márcio Junior de Oliveira Procurador Jurídico

Natacha M. Vilas Boas Estagiária de Direito